

Cursos Técnicos Superiores Profissionais: Indicadores de desempenho no caso do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Ana Rodrigues

sofia@ipvc.pt

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Carla Quintas

carlaquintas@ipvc.pt

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Carlos Rodrigues

crod@ipvc.pt

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Márcia Amorim

marciam@ipvc.pt

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Mara Rocha

mararocha@ess.ipvc.pt

Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESS-IPVC)

Linda Saraiva

lindasaraiva@ese.ipvc.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

Resumo:

Os CTeSP-Curso Técnico Superior Profissional, enquadrados na prioridade de investimento “Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações” com financiamento do Fundo Social Europeu (FSE), são uma oferta educativa de natureza profissional nível 5 ISCED-International Standard Classification of Education, não conferente de grau académico, introduzida no Ensino Superior Politécnico no ano letivo 2014/2015, cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição de um diploma de Técnico Superior Profissional. O objetivo principal destes cursos é alargar e diversificar a oferta de Ensino Superior em Portugal e, por essa via, aumentar o número de cidadãos com qualificações superiores, contribuindo para um aumento da competitividade nacional.

Com este trabalho pretende-se aferir se os objetivos definidos estão a ser atingidos no caso do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC). Sendo alvo de financiamento, os Politécnicos ficam vinculados ao cumprimento de indicadores mínimos ao nível de Estudantes Certificados e Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos seis meses após conclusão dos cursos. Os resultados obtidos no IPVC, para os dois primeiros ciclos desta formação, apontam para 85% de empregabilidade/prosseguimento de estudos mas onde a empregabilidade representa 21% e o prosseguimento representa 64%. Uma vez que os diplomados CTeSP podem ingressar nas licenciaturas através de concurso especial próprio, no IPVC verifica-se uma elevada taxa de prosseguimento de estudos “In house” (57%

dos diplomados CTeSP prosseguem para licenciaturas do IPVC, o que é um bom indicador de fidelização). O abandono nos CTeSP é atualmente de 19% por ano e 33% no global (no total dos 2 anos de duração do curso) e ocorre principalmente no 1º ano e no género masculino.

Palavras chave: CTeSP, Sucesso académico, Empregabilidade, Prosseguimento de estudos

Abstract:

CTeSPs, part of an investment priority entitled "Improving quality, efficiency and access to higher education and the equivalent in order to increase participation and qualifications" with funding from the European Social Fund (ESF), are an educational offer of a professional nature, level 5 of the International Standard Classification of Education (ISCED), which does not confer an academic degree and was introduced in Polytechnic Higher Education in the academic year of 2014/2015. The successful completion of this degree grants a diploma of a High-level Technician. The main aim of these courses is to broaden and diversify the offer of HE in Portugal and, in this way, increase the number of citizens with higher qualifications, contributing to an increase of national competitiveness.

This study proposes to verify if the previously defined aims are being complied in the case of the IPVC (Polytechnic Institute of Viana do Castelo). As receiving entities of funds, Polytechnics have to comply with minimum indicators in reference to Certified Students and Employability as well as Pursuance of Studies within e period of six months after the completion of these courses. The results for the first two cycles of this training at the IPVC show an 85% employability rate/pursuance of studies, yet employability represents only about 21% and e pursuance of studies represents 64%.

As CTeSP graduates can apply to the degree programs through their own special contest/ tender, the IPVC has a high rate of continued in-house studies (57% of CTeSP graduates continue onto IPVC degrees, which is a good indicator of loyalty). Dropout in CTeSP is currently at about 19% by year and 33% in total (in 2 years of course duration) and occurs mainly in the first year and within the male gender.

Keywords: CTeSP, Academic achievement, Employability, Pursuance of studies.

1 Introdução

1.1 O que é CTeSP

O Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) é um ciclo de estudos que confere um diploma de técnico superior profissional, correspondente a uma qualificação de Nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações.

Estes cursos são uma oferta educativa de natureza profissional não conferente de grau académico, introduzidos no Ensino Superior Politécnico em Portugal no ano letivo 2014/2015,

cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição de um diploma de Técnico Superior Profissional. O objetivo principal destes cursos é alargar e diversificar a oferta de ES e, por essa via, aumentar o número de cidadãos com qualificações superiores, contribuindo para um aumento da competitividade nacional. De acordo com o Decreto-Lei n.º 43/2014, o Diploma de TeSP é caracterizado por: “a) Assegurar ao diplomado conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos, numa determinada área de estudo ou de trabalho, e consciência dos limites desses conhecimentos; b) Dotar o diplomado de uma gama abrangente de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções criativas para problemas abstratos; c) Desenvolver no diplomado a capacidade de gestão e supervisão, em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis, e de revisão e desenvolvimento do seu desempenho e do de terceiros.”

Estes cursos destinam-se a titulares de um curso de ensino secundário ou habilitação equivalente; titulares de provas especiais com o objetivo de avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos; titulares de diploma de especialização tecnológica, técnico superior profissional ou de grau de ensino superior (artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março). No que diz respeito ao ingresso e às suas condições estas divergem de acordo com o estabelecimento e de acordo com a área de estudos em causa.

O CTeSP tem 120 ECTS e uma duração de quatro semestres letivos (dois anos), é constituído por um conjunto de unidades curriculares organizadas nas componentes de: formação geral e científica, formação técnica e formação em contexto de trabalho. Para um CTeSP entrar em funcionamento carece de registo prévio na Direção Geral do Ensino Superior (artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março).

1.2 Génese dos Ciclos Curtos de Ensino Superior (CCES)

A criação de um novo tipo de formação superior curta não conferente de grau visa introduzir, no âmbito do ensino superior, uma oferta educativa de natureza profissional aprovada pela recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2008, em que se prevê a existência de ciclos de estudos curtos ligados ao primeiro ciclo de estudos (licenciatura).

De facto, a estratégia para a Europa 2020 identificou o ensino superior como uma das áreas que mais diretamente pode contribuir para a criação de empregos e para o crescimento económico. Neste contexto, uma das metas acordadas pelos Estados Membros define que pelo menos 40% dos jovens com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos concluam o ensino superior, ou equivalente.

A fim de maximizar o contributo dos sistemas de ensino superior da Europa para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, são necessários progressos em alguns domínios-chave: aumentar a quantidade de graduados do ensino superior em todos os níveis; melhorar a qualidade e importância do desenvolvimento do capital humano no ensino superior; criar mecanismos de governação e financiamento eficazes que promovam a excelência; e reforçar o triângulo do conhecimento entre a educação, a investigação e as empresas (COM 2011).

Fazendo uma retrospectiva, já em 1973 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE 1973) definia os Ciclos Curtos do Ensino Superior (CCES) como educação pós-secundária de curta duração, com uma forte componente vocacional promovida, em regra, por instituições não universitárias do ensino superior.

Boudon et al. (1976) referiam que se nas sociedades industrializadas os salários e o reconhecimento social tendem a aumentar, em média, com o nível de escolaridade dos indivíduos é natural, portanto, que cada estudante aspire a alcançar o maior nível educativo possível. Contudo, se todos seguissem a mesma estratégia, o resultado seria o aumento da procura de altos níveis de qualificação, com o risco de não atender às necessidades de competências específicas do mercado de trabalho. Isto poderia conduzir à desvalorização dos níveis de escolarização mais elevados, com consequências graves na empregabilidade dos diplomados. Ainda segundo os mesmos autores, foi para evitar tais consequências que muitos países decidiram implementar novas tipologias CCES, pois esta medida permitiria diminuir a pressão da procura sobre os cursos de licenciatura e mestrado do ensino superior.

Estas ofertas formativas já existem em muitos países, nomeadamente europeus, sendo que, em 2010 existiam 1.694.080 estudantes a frequentar CCES na União Europeia, em países da European Free Trade Association (EFTA) e na Turquia (Kirsch & Beernaert, 2011).

Tendo o processo de Bolonha promovido a introdução dos Quadros de Qualificações, com a possibilidade de definição de níveis intermédios na área do Ensino Superior, o estatuto dos CCES sofreu uma melhoria considerável (Canelas, 2014).

1.3. Os CTeSP em Portugal

A expectativa da implementação destes cursos em Portugal é que estes possam desempenhar um papel relevante no sistema educativo português, aumentando a qualificação terciária da população e ajudando o país a aproximar-se das metas estabelecidas na Estratégia Europa 2020 - Recomendação n.º 2/2014 do Conselho Nacional de Educação.

Verifica-se que Portugal tem uma baixa taxa de acesso ao ensino superior por parte de detentores de cursos profissionais, com equivalência ao 12º ano. Embora esses estudantes representem cerca de 45% dos estudantes que concluem o 12º ano, menos de 1 em 20 transitam para o ensino superior através do regime geral de acesso (OCDE, 2018). A principal razão para isto acontecer é que ensino profissional não prepara os estudantes para exames nacionais. Outra razão poderá ser a ausência de saídas que permitam aos estudantes mover-se entre o ensino profissional e o ensino geral, ainda segundo o estudo da OCDE.

Apesar do crescimento substancial na última década, a frequência do ensino superior em Portugal ainda está abaixo da média da UE. Por outro lado, o número de estudantes que prosseguem para o ensino superior através da via tradicional (proveniência do ensino secundário) está a diminuir (OCDE, 2018). Isso deve-se a uma combinação de tendências demográficas, com um menor número de estudantes esperado no futuro e a proporção crescente de estudantes que procuram a via profissional do ensino secundário em 2017, 45% dos estudantes do ensino secundário em Portugal são provindos da via profissional (OCDE, 2017).

Ainda de acordo com a Recomendação n.º 2/2014 do Conselho Nacional de Educação, as vantagens destes cursos passam pelo envolvimento das empresas e por serem estruturados numa lógica regional, ou seja, pelo facto da criação de cursos e da abertura de vagas deverem ter em conta as especificidades locais.

1.4. Financiamento CTeSP

Nas últimas décadas, o sistema de ensino superior em Portugal, sofreu alterações profundas, de carácter estrutural, entre as quais o aumento substancial do número de instituições de ensino superior (Rego & Caleiro, 2010). O financiamento público das IES tem sofrido reduções, sendo parcialmente baseado no número de estudantes.

Sendo a implementação destes cursos o seguimento de uma recomendação do Parlamento Europeu e cujos objetivos integram a Estratégia 2020, os CTeSP surgem, em avisos datados de 2016, enquadrados na prioridade de investimento “Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações” com financiamento do Fundo Social Europeu (FSE), através dos Programas Operacionais Capital Humano (POCH) e Regionais, consoante o alinhamento dos cursos com a Estratégia Nacional ou Regional de Especialização Inteligente (ENEI, EREI), respetivamente.

Os avisos preveem um financiamento a 85% depois de deduzidas as receitas, nomeadamente as propinas pagas pelos estudantes. Com a aprovação destas candidaturas, os Estabelecimentos que lecionam CTeSP ficam vinculados ao cumprimento de indicadores mínimos ao nível de

Estudantes Certificados e Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos seis meses após conclusão dos cursos. Em última instância, o financiamento poderá sofrer cortes conforme o desvio verificado face a meta proposta pela instituição, sendo os mínimos impostos pelo programa financiador.

Ainda relativamente ao financiamento existem particularidades como, por exemplo, a não elegibilidade para o POCH, de inscritos detentores de licenciatura e maiores de 30 anos: “Os estudantes com mais de 30 anos são considerados para efeitos de cumprimento do referido número mínimo de estudantes, embora não sejam considerados elegíveis, de acordo com o definido no texto programático do POCH, designadamente para efeitos do cálculo do financiamento a atribuir” (POCH, 2016).

1.5. Metodologia

O presente estudo focou-se na análise dos Inscritos em CTeSP entre os anos letivos 2014/2015 e 2017/2018 ao nível do panorama nacional e, entre os anos letivos de 2015/16 e 2017/18 no IPVC. Estes cursos funcionam nas 6 unidades orgânicas (UO) do IPVC (ESA-Escola Superior Agrária, ESCE-Escola Superior de Ciências Empresariais, ESDL-Escola Superior de Desporto e Lazer, ESE-Escola Superior de Educação, ESTG-Escola Superior de Tecnologia e Gestão, ESS-Escola Superior de Saúde).

A recolha de dados relativos a Portugal foi efetuada com base em e bases de dados estatísticas públicas da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Os dados relativos ao IPVC foram obtidos através dos Serviços Académicos do IPVC e inquéritos realizados aos estudantes. Os estudantes, contactados telefonicamente (6 meses após conclusão do CTeSP para obter informação sobre situação profissional/empregabilidade ou prosseguimento de estudos para outras IES), são devidamente esclarecidos relativamente aos objetivos do estudo e questões relativas à confidencialidade dos dados. Todos os estudantes participaram voluntariamente, e a aplicação do questionário só foi efetuada após se ter obtido o consentimento informado.

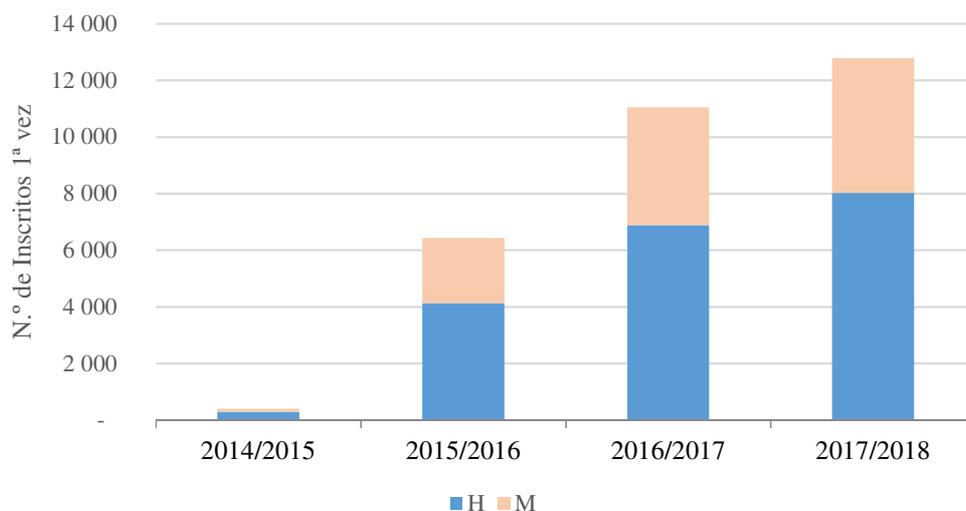
A análise dos dados foi realizada utilizando o software Microsoft Excel, versão 2010. A análise dos dados inclui o cruzamento entre as variáveis que serviram de suporte à identificação e análise dos objetivos pretendidos.

No presente estudo, definiu-se que o Abandono se refere à inativação de matrícula, a qual pode dever-se à anulação de matrícula no ano letivo a decorrer ou não renovação no ano letivo seguinte.

2 Funcionamento dos CTeSP em Portugal

Os CTeSP em Portugal iniciaram o seu funcionamento no letivo de 2014/2015, com apenas 18 cursos distribuídos por 11 estabelecimentos públicos e 3 privados e um total de 395 inscritos. No último ano letivo em estudo, 2017/2018 frequentaram pela primeira vez, 12.777 estudantes, num total de 427 cursos, 103 destes em estabelecimentos privados e 324 em instituições públicas (figura 1) (DGEEC, 2019).

Figura 2. Evolução dos Inscritos 1ª vez em CTeSP em Portugal.



Ao longo dos anos letivos em causa verifica-se que esta tipologia de curso é frequentada maioritariamente por indivíduos do sexo masculino (63%). A evolução do gráfico demonstra um claro aumento do n.º de inscritos, sendo que no ano letivo 2017/2018 os CTeSP já representam 3,6% do número de inscritos pela 1ª vez no ensino superior. As Área de Educação e Formação, segundo a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), com maior número de inscritos é a área de “Engenharia, indústrias transformadoras e construção” seguida da área “Ciências empresariais, administração e direito” que, em conjunto, representam 43% dos inscritos pela 1ª vez nos estudantes letivos em causa. Em termos de Instituições de Ensino Superior (IES), o Instituto Politécnico de Leiria aparece em 1º lugar com 13% dos estudantes inscritos pela 1ª vez nos anos letivos em causa, seguido do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave com 8%. O IPVC surge em 5º lugar num total de 54 de IES (DGEEC, 2019).

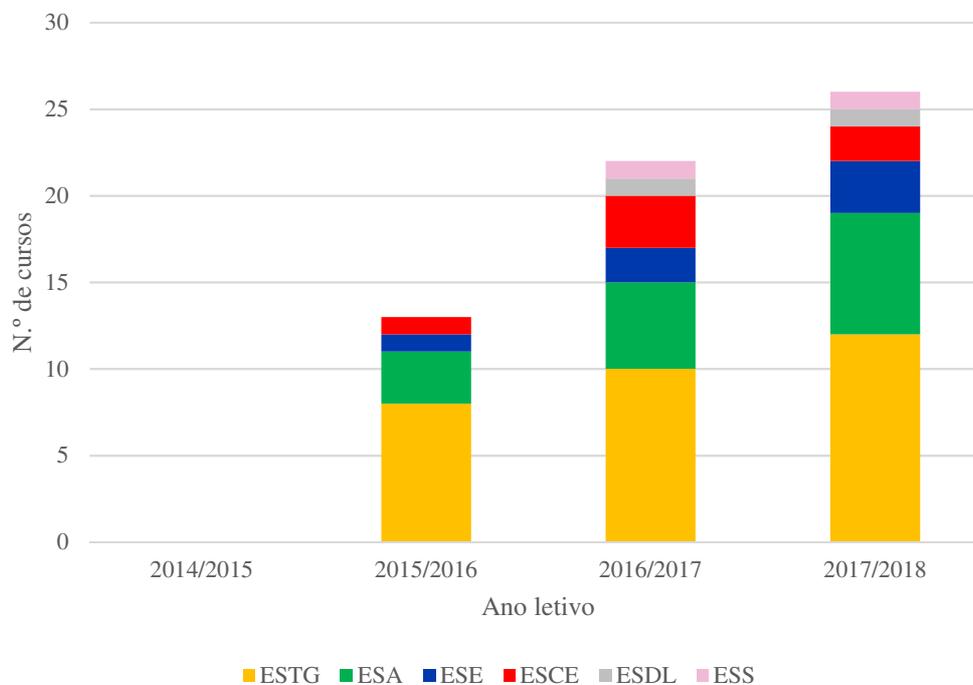
3 CTeSP: o caso do IPVC

O IPVC é, de acordo com a sua Missão, uma instituição pública de ensino superior, ao serviço do desenvolvimento da pessoa e da sociedade, que cria e partilha conhecimento, ciência, tecnologia e cultura. Promove a formação integral dos estudantes ao longo da vida, combinando ensino com investigação, numa atitude pró-ativa de permanente inovação, cooperação e compromisso, centrado no desenvolvimento da região e do país, e na internacionalização.

Os estudos confirmam que o ensino superior é caracterizado por elevadas taxas de reprovação e de abandono académico. De acordo com estudo da Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC, 2018), a taxa de abandono em licenciaturas é de 29%. Os dados oficiais mostram também que menos de metade dos estudantes consegue acabar os estudos nos três anos de duração de um curso.

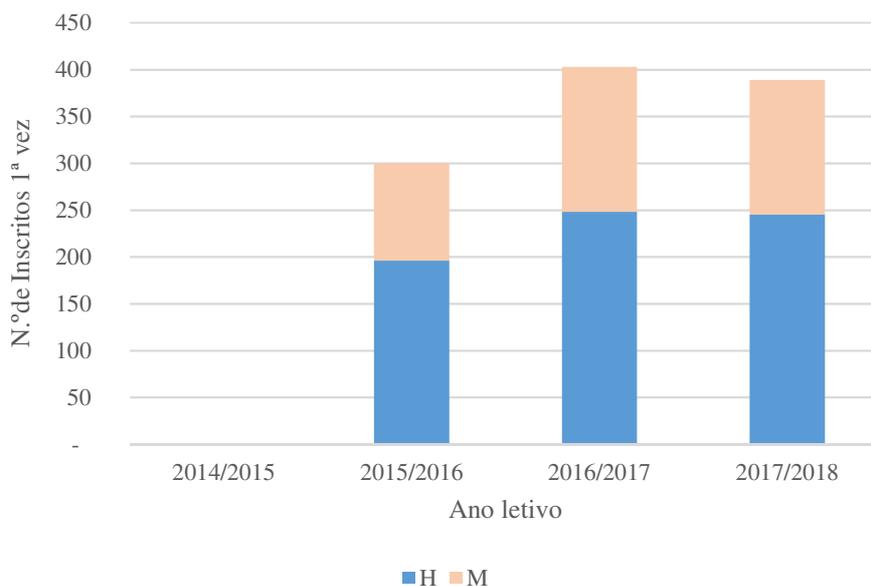
Este estudo propõe-se a verificar se os CTeSP no IPVC seguem a mesma tendência. Assim, no caso dos CTeSP ministrados no IPVC, o início de funcionamento ocorreu no ano letivo de 2015/2016, com a oferta de 13 CTeSP. Atualmente há 37 CTeSP na bolsa de formação do IPVC aprovados pela DGES, sendo anualmente definida a oferta formativa, de forma a gerir recursos e procura por áreas científicas. A evolução relativamente ao número de CTeSP em funcionamento no IPVC apresenta-se na figura 2, com distribuição pelas 6 Escolas.

Figura 3. Evolução do N.º de CTeSP do IPVC por Escola.



No ano letivo 2015/2016 inscreveram-se pela 1ª vez num CTeSP no IPVC 300 estudantes, distribuídos por 4 Escolas (ESTG, ESE, ESCE e ESA). Sendo a ESTG com o maior número de Cursos e, conseqüentemente, maior número de inscritos. Nos dois anos letivos seguintes juntaram-se a ESDL e a ESS, com um curso cada. Assim, os CTeSP passaram a funcionar em todas as Escolas do IPVC. A área CNAEF com maior n.º de estudantes inscritos pela 1ª vez em CTeSP é a área de “Engenharia, indústrias transformadoras e construção”, tal como acontece a nível nacional.

Figura 4. Evolução dos Inscritos 1ª vez em CTeSP no IPVC.



Através da análise da figura 3, verifica-se um aumento do n.º de inscritos no segundo ano letivo de funcionamento dos CTeSP no IPVC mas uma ligeira diminuição no terceiro ano letivo de funcionamento, embora o número de cursos em funcionamento tenha aumentado (figura 1). Nos anos letivos em causa, 54% dos estudantes CTeSP são do sexo masculino, têm entre 18 e 22 anos (84%), 33% tem Bolsa DGES e 68% provêm do ensino regular.

Considerando os inscritos nos CTeSP, decorridos os 2 anos letivos de duração do curso, analisou-se a situação desses estudantes no presente ano letivo, 2018/2019.

Atualmente, os estudantes podem estar diplomados, poderão ter abandonado o CTeSP ou poderão ainda manter uma matrícula ativa nesse mesmo curso (apesar não terem terminado o Curso no tempo próprio, continuam a renovar a sua inscrição no curso até ao presente ano letivo, 2018/2019.)

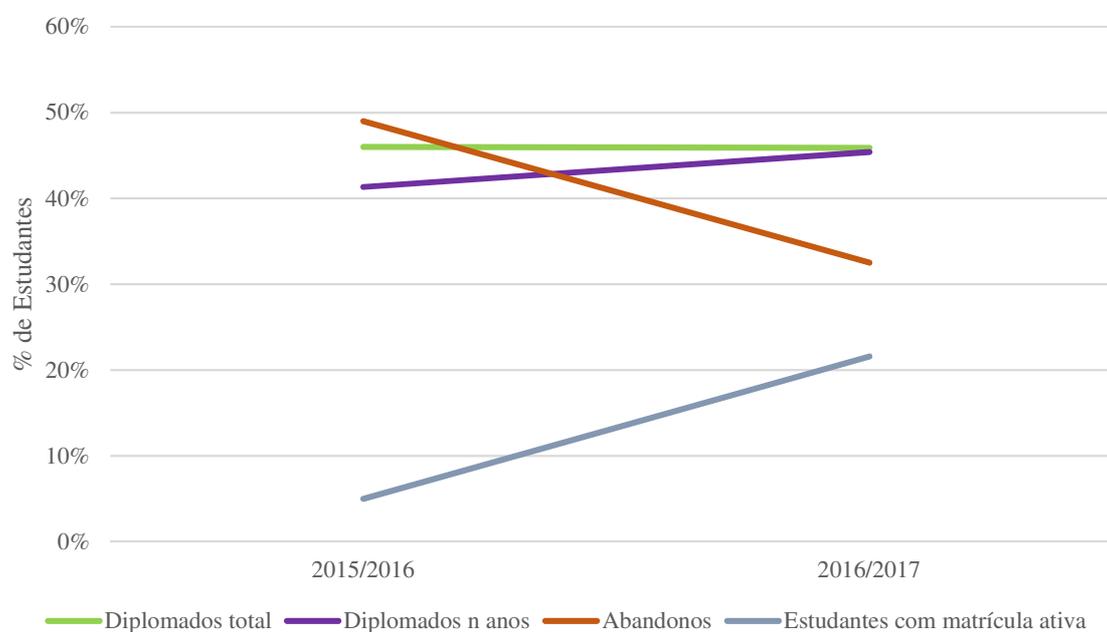
Relativamente ao número de diplomados, ainda só é possível ter resultados para os CTeSP iniciados em 2015/2016 e em 2016/2017, uma vez que o CTeSP iniciado em 2017/2018 ainda decorre.

As tabelas 1 e 2 e a figura 4 espelham a distribuição referida anteriormente.

Tabela 1. Distribuição, por género, do estado atual dos estudantes CTeSP, inscritos pela 1ª vez em 2015/2016 e 2016/2017.

Situação Estudantes	Iniciado em 2015/16			Iniciado em 2016/17			Total		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Diplomados	138 (46%)	81 (41%)	57 (55%)	185 (46%)	92 (37%)	93 (60%)	323 (46%)	173 (39%)	150 (58%)
Abandonos	147 (49%)	102 (52%)	45 (43%)	131 (33%)	94 (38%)	37 (24%)	278 (40%)	196 (44%)	82 (31%)
Estudantes com matrícula ativa	15	13	2	87	62	25	102	75	27
Total Inscritos 1ª vez	300	196	104	403	248	155	703	444	259

Figura 5. Evolução de % diplomados e % abandono nos CTESP iniciados em 2015/2016 e em 2016/2017.

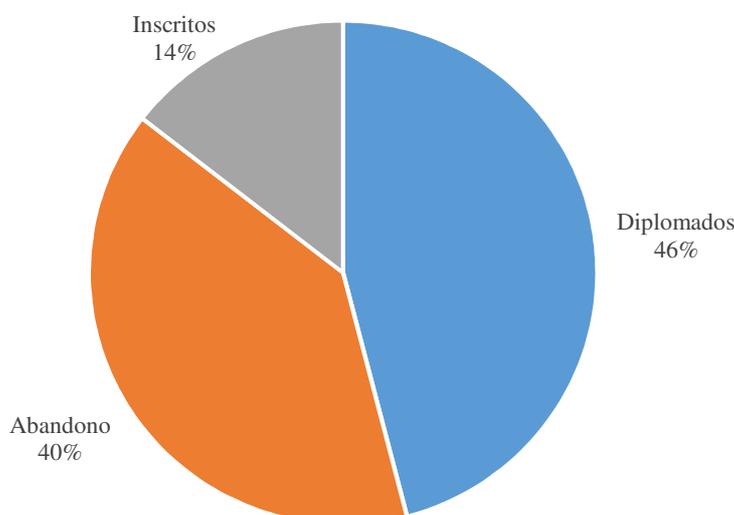


Dos dois ciclos de formação em análise (2015/16-2016/17 e 2016/17-2017/18) verifica-se uma tendência constante ao nível da percentagem de diplomados, mas uma tendência decrescente em abandonos.

Tabela 2. Distribuição, por género e curso, do estado atual dos estudantes CTeSP, inscritos pela 1ª vez em 2015/2016 e em 2016/2017.

Denominação do curso	CTeSP iniciado em 2015/16 e 2016/17											
	Inscritos pela 1.ª vez			Matriculados em 2018/2019			Abandonos			Diplomados		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Artes e Tecnologia	21	16	5	3	3	0	9	7	2	9	6	3
Construção e Reabilitação	7	6	1	1	1	0	1	1	0	5	4	1
Contabilidade e Gestão para PME	16	7	9	2	0	2	4	4	0	10	3	7
Cuidados Veterinários	58	19	39	12	5	7	17	9	8	29	5	24
Desenvolvimento Web e Multimédia	58	43	15	14	9	5	25	20	5	19	14	5
Eficiência Energética nos Edifícios	24	21	3	1	1	0	6	6	0	17	14	3
Gestão da Qualidade	19	10	9	0	0	0	7	5	2	12	5	7
Gestão de Empresas Agrícolas	30	24	6	9	9	0	11	7	4	10	8	2
Gestão do Turismo em Espaço Rural	35	19	16	4	1	3	15	9	6	16	9	7
Gestão e Qualidade Ambiental	12	5	7	4	3	1	3	1	2	5	1	4
Gestão Hoteleira	30	10	20	5	3	2	11	3	8	14	4	10
Intervenção Educativa em Creche	56	4	52	3	0	3	20	3	17	33	1	32
Manutenção Mecânica	47	47	0	9	9	0	18	18	0	20	20	0
Mecanização e Automação Agrícola	13	13	0	0	0	0	8	8	0	5	5	0
Mecatrónica	24	23	1	2	2	0	15	14	1	7	7	0
Qualidade e Segurança Alimentar	40	14	26	5	3	2	21	8	13	14	3	11
Redes e Sistemas Informáticos	25	24	1	10	9	1	11	11	0	4	4	0
Sistemas Eletrónicos e Computadores	55	53	2	7	7	0	32	31	1	16	15	1
Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação	59	54	5	6	6	0	22	18	4	31	30	1
Termalismo e Bem-Estar	29	2	27	0	0	0	5	1	4	24	1	23
Transportes e Logística	21	9	12	1	1	0	10	6	4	10	2	8
Treino Desportivo	24	21	3	4	3	1	7	6	1	13	12	1
Total	703	444	259	102	75	27	278	196	82	323	173	150

Figura 6. Estado atual dos estudantes inscritos 1ª vez em CTeSP (iniciados em 2015/2016 e 2016/2017)



A conclusão imediata relacionada com o financiamento é que, no que diz respeito ao indicador “Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5, a percentagem de diplomados (46%) se encontra abaixo das metas propostas em termos de financiamento, 75% para os CTeSP iniciados em 2015/2016 e 70% para o CTeSP iniciado em 2016/2017,”. Relativamente à taxa de compromisso de diplomados "no tempo próprio", os programas consideram um nível baixo uma taxa igual a 63%, um nível médio entre 63% e 68% e um nível bom uma taxa igual ou superior a 68%.

Portanto, entre todos os estudantes que ingressaram nos dois ciclos CTeSP em análise, menos de metade terminaram o seu curso. Contudo, a percentagem em causa é semelhante à percentagem de estudantes que, ao fim de 4 anos, se encontravam diplomados numa Licenciatura (DGEEC, 2018), 44% para o ensino politécnico público.

Os cursos com maior percentagem de diplomados são Construção e Reabilitação (ESTG), Eficiência Energética nos Edifícios (ESTG) e Termalismo e Bem-Estar (ESS), todos acima de 70%. Com menor percentagem de diplomados temos os cursos de Mecatrónica, Redes e Sistemas Informáticos e Sistemas Eletrónicos e Computadores, 3 cursos da ESTG, com taxas de diplomados que não atingem os 30%.

Com mais abandono estão os cursos de Mecanização e Automação Agrícola (ESA), Mecatrónica (ESTG), Qualidade e Segurança Alimentar (ESTG) e Sistemas Eletrónicos e Computadores (ESTG), com uma taxa de abandono média de 59%. Já com níveis inferiores a 20% de abandono estão os cursos de “Construção e Reabilitação” e “Termalismo e Bem-Estar”.

Salienta-se que dos estudantes diplomados, 95% termina em n anos (tabela 3). A este propósito, deverá ser consultada a figura 4 que apresenta a tendência da percentagem de diplomados e da percentagem de diplomados em n anos.

Tabela 3. Distribuição de diplomados CTeSP IPVC, pelo número de anos que demoram a concluir o curso.

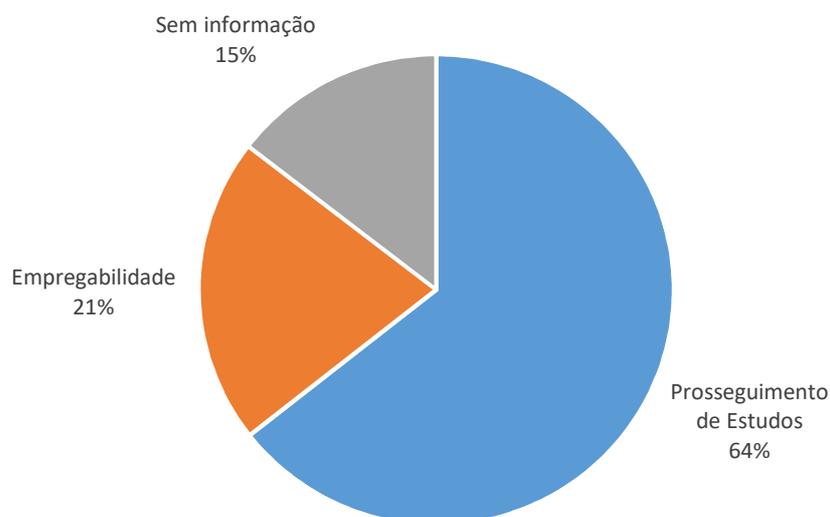
	CTeSP iniciado em 2015/16			CTeSP iniciado em 2016/17			Total		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Diplomado n anos	124	74	50	183	90	93	307	164	143
Diplomados em n +1	14	7	7	2	2	0	16	9	7
Total	138	81	57	185	92	93	323	173	150

Procurou-se analisar o percurso e situação profissional dos diplomados CTeSP IPVC, em termos de Empregabilidade ou Prosseguimento de Estudos. De destacar que em termos de financiamento Europeu, para o indicador “Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos”, a meta proposta pelo IPVC foi de 65%. Os programas financiadores consideraram como um nível baixo uma taxa igual a 50%, nível médio entre maior que 50% e menor do 65% e um nível de cumprimento bom se igual ou superior a 65%. Destaca-se com mais diplomados a seguir via emprego os CTeSP de “Termalismo e bem-estar” e “Gestão Hoteleira”.

Tabela 4. Distribuição, por género e curso, dos Diplomados dos CTeSP IPVC (total de dois ciclos: 2015/2016 e 2016/2017).

Denominação do curso	CTeSP iniciado em 2015/16 e 2016/17											
	Diplomados			Prosseguimento de Estudos			Empregabilidade			Sem informação		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Artes e Tecnologia	9	6	3	3	2	1	3	3	0	3	1	2
Construção e Reabilitação	10	3	7	5	1	4	1	1	0	4	1	3
Contabilidade e Gestão para PME	14	2	12	9	2	7	3	0	3	2	0	2
Cuidados Veterinários	23	9	14	17	7	10	6	2	4	0	0	0
Desenvolvimento Web e Multimédia	11	11	0	9	9	0	0	0	0	2	2	0
Eficiência Energética nos Edifícios	17	13	4	12	9	3	4	3	1	1	1	0
Gestão da Qualidade	14	1	13	11	0	11	2	1	1	1	0	1
Gestão de Empresas Agrícolas	9	4	5	2	1	1	4	2	2	3	1	2
Gestão do Turismo em Espaço Rural	25	21	4	21	17	4	2	2	0	2	2	0
Gestão e Qualidade Ambiental	14	4	10	11	3	8	1	1	0	2	0	2
Gestão Hoteleira	19	0	19	8	0	8	8	0	8	3	0	3
Intervenção Educativa em Creche	23	20	3	15	13	2	4	4	0	4	3	1
Manutenção Mecânica	7	7	0	4	4	0	2	2	0	1	1	0
Mecanização e Automação Agrícola	7	6	1	3	3	0	2	2	0	2	1	1
Mecatrónica	14	3	11	9	2	7	3	1	2	2	0	2
Qualidade e Segurança Alimentar	13	12	1	12	11	1	0	0	0	1	1	0
Redes e Sistemas Informáticos	4	4	0	3	3	0	1	1	0	0	0	0
Sistemas Eletrónicos e Computadores	20	17	3	16	15	1	4	2	2	0	0	0
Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação	23	15	8	11	9	2	5	2	3	7	4	3
Termalismo e Bem-Estar	24	1	23	9	1	8	10	0	10	5	0	5
Transportes e Logística	10	2	8	5	1	4	3	1	2	2	0	2
Treino Desportivo	13	12	1	13	12	1	0	0	0	0	0	0
Total	323	173	150	208	125	83	68	30	38	47	18	29

Figura 7. Situação atual dos estudantes diplomados em CTeSP (iniciados em 2015/2016 e 2016/2017)



Através da análise da tabela 4 e o gráfico 6 conclui-se que a meta prevista em termos de financiamento foi atingida e ultrapassada. A percentagem correspondente à soma de Empregabilidade e Prosseguimento de Estudos atinge os 85%.

Uma vez que os diplomados CTeSP podem ingressar nas licenciaturas através de concurso especial próprio, no IPVC verifica-se uma elevada taxa de prosseguimento de estudos “In house”. Dos 323 diplomados, 184 ingressaram numa licenciatura do IPVC, ou seja, 57%, o que é um bom indicador de fidelização.

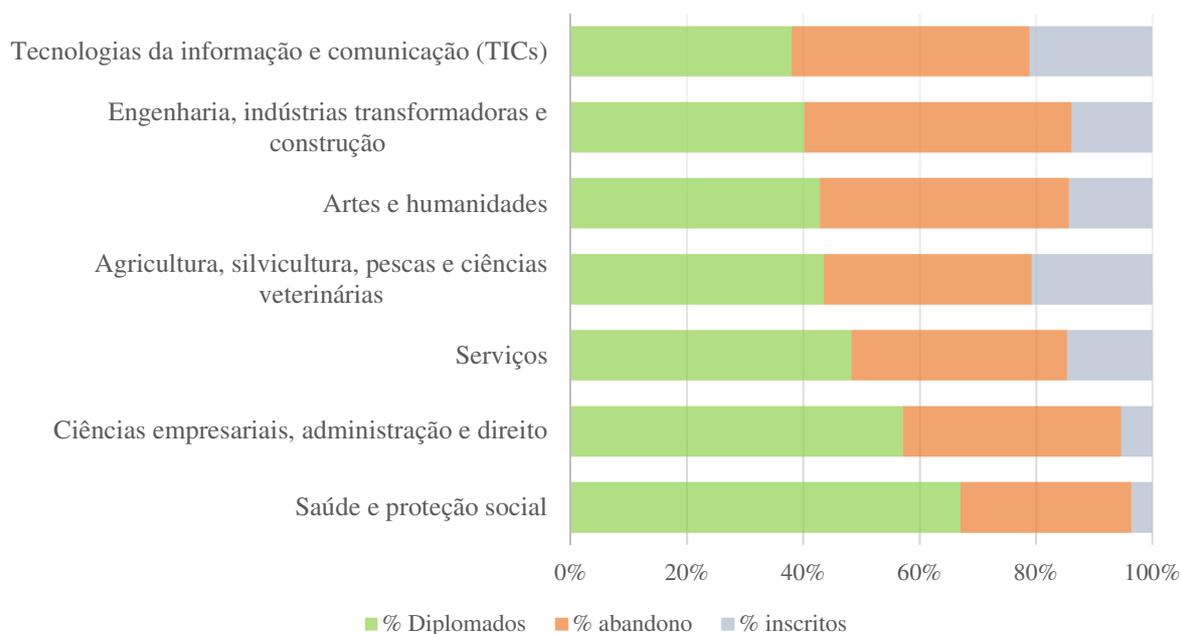
Analisando a tabela 5 verifica-se que com a exceção da ESTG que recebeu 6 estudantes de outras Escolas do IPVC, todas as outras escolas absorveram em Licenciatura os seus estudantes CTeSP.

Tabela 5. Transição entre Escolas do IPVC de Cursos TeSP para Licenciatura

		Licenciatura					
		ESA	ESE	ESS	ESCE	ESDL	ESTG
CTeSP	ESA	100%	0%	0%	0%	0%	3%
	ESE	0%	100%	0%	0%	0%	2%
	ESS	0%	0%	100%	0%	0%	0%
	ESCE	0%	0%	0%	100%	0%	1%
	ESDL	0%	0%	0%	0%	100%	0%
	ESTG	0%	0%	0%	0%	0%	94%

Da análise da figura 7 verifica-se que a área com uma maior percentagem de diplomados é a área da saúde (incluiu os cursos de “Termalismo e Bem-Estar” e “Intervenção Educativa em Creche”). Com menor percentagem de diplomados encontram os cursos na área das TIC’s ou seja, “Desenvolvimento Web e Multimédia”, “Redes e Sistemas Informáticos” e “Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação”.

Figura 8. Situação atual dos estudantes inscritos 1ª vez em CTeSP IPVC (iniciados em 2015/2016 e 2016/2017) por área de formação CNAEF



4 Conclusões

Centrando-se este trabalho num caso concreto – o IPVC, os resultados obtidos referem-se a uma realidade particular, mas cuja análise poderá contribuir para a compreensão de outras realidades noutras IES.

Julga-se que um dos aspetos diferenciadores deste Estudo de Caso, comparativamente com outros que versam sobre temáticas sobre percursos no ensino superior, abandono, fidelização, é relacionar-se com o financiamento Europeu atribuído a estes cursos e o grau de cumprimento das metas. Na submissão do saldo final de cada projeto, os programas financiadores avaliam o compromisso assumido pelas entidades com as metas a que se propuseram.

O grau de cumprimento dos indicadores contratualizados (realização e resultado) é tido em consideração para efeitos, quer de redução ou revogação do financiamento das candidaturas, quer da constituição de uma reserva de eficiência e desempenho. Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10% face a essa despesa. A penalização prevista não será aplicável quando as realizações e os resultados alcançados atinjam 85% do que for contratualizado ou 75% quando se trate de operações em territórios de baixa densidade.

De salientar que, como referido anteriormente, os cursos são financiados por Programas Financiadores diferentes consoante o alinhamento dos cursos com a ENEI/EREI (Estratégia Nacional de Especialização Inteligente ou Estratégia Regional de Especialização Inteligente). O que acontece é que separando os estudantes em grupos, as taxas podem variar ligeiramente. No caso concreto do IPVC prevê-se que existam cortes entre 1% e 5% no financiamento por não atingimento das metas propostas. Em futuras candidaturas a financiamento, tratando-se destes mesmos indicadores, aconselha-se a que as metas propostas sejam inferiores. Tal não significa que o IPVC não deva continuar a apostar em medidas que evitem o abandono e aumentem a taxa de diplomados, como tem vindo a fazer. De entre essas medidas podem ser referidas algumas já implementadas por parte do IPVC: Plano institucional de pagamento fracionado de propinas; Bolsas de apoio social complementares; BUS-Académico e U-Bike; Serviços Sociais inovadores como pack económicos de alimentação com alojamento, take-away; Reforço de tutorias; Reforço de espaço de estudo e lazer e de laboratórios; Mentorias interpares, Apoio Psicopedagógico e Rendimento Académico, Orientação Vocacional e Consultadoria Psicológica em Contexto Educativo.

Com este estudo espera-se ter contribuído para potenciar processos de reflexão que promovam medidas para aumentar a taxa de diplomados, bem como, prevenir o abandono nesta tipologia de cursos, com particular foco nos cursos e no perfil de estudantes que se identificaram com de maior potencial de abandono e de maior insucesso.

Este trabalho foi suportado por Programa Financiador no âmbito do projeto BEQA@HE - POCI-05-5762-FSE-000081 (COMPETE 2020)

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

5 Referências

- Boudon, R., Cibois, P., Lagneau, J. (1976). Short-Cycle Higher Education and the Pitfalls of Collective Action. *Minerva. A Review of Science, Learning and Policy*, Volume 14, nº 1, pp 33-60.
- Rego C., & Caleiro A. O. (2010). ‘Mercado’ do Ensino Superior em Portugal: um diagnóstico da situação atual. Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFGE-EU.
- COM (2013) 897 final. Avaliação do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ). Avaliação da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho relativa á criação do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Comissão Europeia. Bruxelas.
- COM (2011) 567 final. Apoiar o crescimento e o emprego – Uma agenda para a modernização dos sistemas de ensino superior na Europa. Comissão Europeia. Bruxelas.
- Canelas, Ana Maria (2014). Relatório Técnico Ciclos Curtos de Ensino Superior. Conselho Nacional de Educação. Lisboa.
- Decreto-Lei 43/2014 de 18 de março. Diário da República n.º 54/2014, I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.
- DGEEC (2019) Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Acedido em maio de 2019, em <http://www.dgeec.mec.pt/>
- DGEEC (2018). Ensino Superior: Percursos no ensino superior: situação após 4 anos dos estudantes inscritos em licenciaturas de 3 anos. Consultado em: 19/10/2018, [http://www.dgeec.mec.pt/np4/414/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=902&fileName=DGEEC_SituacaoApos4AnosLicenciaturas.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/414/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=902&fileName=DGEEC_SituacaoApos4AnosLicenciaturas.pdf)
- Kirsch M & Beernaert Y (2011). Short Cycle Higher Education in Europe – Level 5: The Missing Link. European Association of Institution of Higher Education, Brussels.
- OCDE (2018), Skills Strategy Implementation Guidance for Portugal: Strengthening the Adult-Learning System, OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264298705-en>.

OCDE (2017), Benchmarking Higher Education System Performance: Conceptual Framework and Data, Enhancing Higher Education System Performance, OECD Publishing, Paris.

OCDE (1973), Short-Cycle Higher Education. A Search for Identity. OCDE publication Center

POCH - Programa Operacional Capital Humano (2016), Aviso n. POCH-68-2016-01, Concurso para apresentação de candidaturas, Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Noticias/Documents/20160530_POCH-68-2016-01_Aviso%20TeSP.pdf (acesso a 24 de maio de 2019).

Recomendação n.º 2/2014 de 9 de outubro. Diário da República n.º 195/2014, II Série. Conselho Nacional de Educação. Lisboa.

Authors Profiles:

Ana Sofia Rodrigues, doutorada em qualidade, segurança e tecnologia alimentar pela Universidade de Vigo, mestre em Agricultura e Horticultura Sustentáveis. Pró-Presidente do IPVC desde 2012 e gestora institucional da qualidade desde 2007 no IPVC. Auditora ISO 9001 e auditora da A3ES em de sistemas internos de garantia da qualidade. Vogal do Conselho Assessor da ACSUG-Galicia-Spain. Áreas de interesse: Viticultura e enologia; Qualidade, responsabilidade social e sustentabilidade, Auditorias, empregabilidade no Ensino Superior.

Carla Quintas: licenciada em Economia e em Relações Internacionais e mestre em Gestão de Organizações. Desde de 2003 que é gestora administrativa e financeira de projetos, financiados por Fundos Europeus, em todas as suas fases: pesquisa de financiamento, elaboração de candidaturas, análise de contratos de financiamento, gestão física e financeira, divulgação e relatórios finais. Desde setembro de 2014 que detém um contrato de trabalho em Funções Públicas, exercendo as mesmas funções.

Carlos Rodrigues: doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade de Aveiro, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo desde 2005. Coordenador do projeto ATIVAR o Interface de Partilha e Valorização Regional do Conhecimento; NORTE2020. Áreas de interesse: transferência de conhecimento e tecnologia, gestão da atividade letiva no Ensino Superior.

Márcia Amorim: licenciada em Informática de Gestão (2007) e mestre em Marketing (2017) pela Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Técnica Superior no Gabinete de Avaliação e Qualidade e no Observatório do IPVC. Experiencia em Gestão do Ensino Profissional; Áreas de Interesse: abandono, empregabilidade, mecanismos de avaliação de auscultação às partes interessadas.

Mara Rocha: Master Degree (M.Sc.) in Health Promotion and Health Education by University of Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Specialist in Nursing Sciences. PhD in Nursing in Universidade Católica Portuguesa. Associate Professor and Director of the Health School of Polytechnic Institute of Viana do Castelo (ESS-IPVC) since 2001. Quality Manager of the ESS-IPVC. Integrated member of The Health Sciences Research Unit: Nursing (UICISA: E). Research interests: Quality Management; Nursing and Health Management.

Linda Saraiva is a PhD in Human Kinetics in the specialty of motor behaviour by Lisbon University. Since 1999, she works in Higher School of Education at the Polytechnic Institute of Viana do Castelo and her intervention focuses on the area of education and teacher training. She is integrated member of the Research Center on Child Studies of Minho University." Currently, she is Assistant director, quality manager of the School of Education and institutional manager of Teaching & Learning Process. Member of the Project Rural 3.0: Service Learning for the Rural Development.